



MUNICÍPIO DO RECIFE-PE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2023 - 2º QUADRIMESTRE/2023

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

Em Reais

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DIVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.967.059.247,21	2.017.110.344,40	2.091.478.125,73	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	1.967.059.247,21	2.017.110.344,40	2.091.478.125,73	-
Empréstimos	1.793.434.960,44	1.851.708.890,53	1.937.558.841,69	-
Internos	1.282.273.597,71	1.361.806.323,00	1.348.868.961,56	-
Externos	511.161.362,73	489.902.567,53	588.689.880,13	-
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-	-
Financiamentos	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	173.624.286,77	165.401.453,87	153.919.284,04	-
De Tributos	1.474.358,11	1.127.640,47	356.381,83	-
De Contribuições Previdenciárias	161.108.732,52	153.755.580,34	148.930.460,61	-
De Demais Contribuições Sociais	10.753.923,82	10.230.960,74	4.345.169,28	-
Do FGTS	287.272,32	287.272,32	287.272,32	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	-
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	838.036.908,92	1.564.700.480,89	1.355.170.013,77	-
Disponibilidade de Caixa ¹	831.410.266,89	1.557.697.878,99	1.348.064.132,81	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.074.034.905,92	1.712.830.718,51	1.501.899.743,54	-
(-) Restos a Pagar Processados	142.267.586,51	35.959.878,82	19.144.439,01	-
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	100.357.052,52	119.172.960,70	134.691.171,72	-
Demais Haveres Financeiros	6.626.642,03	7.002.601,90	7.105.880,96	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	1.129.022.338,29	452.409.863,51	736.308.111,96	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	6.142.682.045,66	6.339.148.511,51	6.449.989.449,90	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	10.774.506,01	9.488.198,00	20.370.152,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	6.131.907.539,65	6.329.660.313,51	6.429.619.297,90	-
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	32,08%	31,87%	32,53%	-
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	18,41%	7,15%	11,45%	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120%>	7.371.218.454,79	7.595.592.376,21	7.715.543.157,48	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	6.622.460.142,82	6.836.033.138,59	6.943.988.841,73	-

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²	-	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL	2.646.145.836,34	2.786.722.003,27	2.786.722.003,27	-
RP NÃO-PROCESSADOS	116.601.927,38	40.013.297,57	28.666.874,11	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	3.457.757,53	-	-	-

FONTE: Sistema SOFIN, Secretaria de Finanças / Gerência Geral de Contabilidade do Município. Emissão: 22/09/2023, às 10:29:21.

Nota:

¹ A Disponibilidade de Caixa Bruta não poderá apresentar valor negativo, porém, em determinadas situações, como utilização de depósitos restituíveis para pagamento de despesas próprias do ente, o valor da linha "Disponibilidade de Caixa" poderá resultar em valor negativo. Por outro lado, o ente deve incluir os valores das obrigações a pagar atrasadas que estiverem registradas como restos a pagar processados (RPP) no item "Outras Dívidas" da DC (I), por meio do registro dos RPP sem disponibilidade financeira em conta de controle específica (e não de forma automática), e, para evitar duplicidade, deve deduzir o valor correspondente do montante total de RPP informado no bloco das DEDUÇÕES (II).

² Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".